



Artigo de Revisão

TRABALHO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

CHILD LABOR: AN INTEGRATIVE REVIEW

Resumo

Técia Maria Santos Carneiro e
Cordeiro¹
Thiago da Silva Santana¹

¹Universidade Estadual de Feira de Santana.
Feira de Santana – Bahia – Brasil

E-mail:
teciamarya@yahoo.com.br

O objetivo deste artigo é identificar o conhecimento disponível na base de dados da SciELO acerca do trabalho infantil. Trata-se de uma revisão integrativa na base de dados da SciELO Brasil com os seguintes critérios de seleção: a) artigos publicados em periódicos nacionais; b) artigos publicados no período de 2010 a junho de 2011; c) artigos indexados no idioma português; d) com abordagem no trabalho infantil. O corpus documental é constituído de seis artigos científicos. Os resultados apontam a escassez de publicações por profissionais de saúde e no estado da Bahia, maior proporção da exploração do trabalho infantil na zona rural, no sexo masculino e nas famílias de baixa renda, interferência no crescimento e desenvolvimento físico e psicológico da criança, e propostas estratégicas para combater a exploração do trabalho infantil, combate a pobreza e cumprimento das legislações. Conclui-se que o trabalho infantil precisa ser tema de debates, palestras, seminários e pesquisas científicas para abordar a importância desta questão na sociedade, suas consequências que constituem um problema econômico, social, coletivo e que envolve a saúde pública.

Palavras-chave: trabalho infantil; saúde da criança; impactos na saúde.

Abstract

The purpose of this paper is to identify the knowledge available in the SciELO database of regarding child labor. It is an integrative review in SciELO Brazil database with the following selection criteria: a) articles published in national journals; b) articles published between 2010 to June 2011; c) articles indexed in Portuguese; d) addressing the child labor. The documentary corpus consists of six papers. The results point to the scarcity of publications for health professionals and the state of Bahia, the largest proportion of exploitation of child labor in rural areas, in males and in low income families, interference with the growing and physical and psychological development of children, and strategic proposals to combat the exploitation of child labor, combat poverty and compliance of the laws. It is concluded that child labor need to be the subject of debates, lectures, seminars and scientific researches to address the importance of this issue in society, its consequences, constitute a problem that economic, social, collective and that involves public health.

Key words: child labor; child health; impacts on health.

Introdução

O trabalho infantil trata de uma questão ampliada por vários pesquisadores em diversas áreas de estudo por infringir as legislações brasileiras e prejudicar no crescimento e desenvolvimento da criança, assim como, na aprendizagem escolar.

O termo trabalho infantil refere-se a todas as atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência com ou sem remuneração realizada por crianças ou adolescentes com idade inferior a 16 anos, em ressalva as atividades de aprendiz entre 14 a 18 anos incompletos. Sendo, que este trabalho na condição de aprendiz não deve prejudicar a formação e o desenvolvimento, além da frequência escolar¹.

Esta questão no Brasil tem uma longa história desde as crianças escravas na Colônia e no Império até os dias atuais. Mas, a partir da década de 90 isso passou a ser modificado com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a participação no Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além da implementação do Programa de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil (PETI)².

O ECA (Lei nº. 8.069/1990) tornou-se o combate ao trabalho infantil no Brasil uma questão de garantia de direitos e de responsabilidade de toda a sociedade, o qual promoveu mudanças nos direitos legais da criança e do adolescente, inclusive na questão do trabalho, assim como, proteção integral, a descentralização político-administrativa, a participação da sociedade civil, co-gestão de políticas públicas e a criação de conselhos de direitos municipais, estaduais e nacional e conselhos tutelares³.

Estas mudanças podem ser verificadas pela redução no trabalho infantil, logo após a sua implementação. Entre os anos de 1992 a 2002 houve uma redução no trabalho infantil de 4,1 milhões (12,1%) para 2,1 milhões (6,5%) na faixa etária entre 5 a 14 anos de idade. Esta redução pode ser atribuída à quedado crescimento populacional nesta faixa etária, desaceleração econômica entre a década de 80 e 90, as ações de combate ao trabalho infantil desde a década de 90 com ações de órgãos públicos, civis e outros¹.

A distribuição do trabalho infantil no Brasil se estende por todas as regiões e estados, a região com maior prevalência de trabalhadores infantis é a Nordeste com 1,1 milhões deles (37,1% do Brasil) e o estado é o da Bahia¹.

Entretanto, esta situação ainda permeia o Brasil como apontam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2008, em que crianças com ocupação ainda representavam 0,9% da população entre 5 a 9 anos de idade e 6,1 % da população entre 10 a 13 anos, correspondendo a um contingente de 4,5 milhões de crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos trabalhando, e estando 993 mil na faixa de 5 a 13 anos⁴.

Quanto à saúde foi instituída a Política Nacional de Saúde para Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente, destacando a notificação compulsória de acidentes de trabalho com crianças e adolescentes. Esta política concerne ao Sistema Único de Saúde (SUS) o seu papel na atenção integral a saúde das crianças e adolescentes trabalhadores por meio da promoção e proteção da saúde com ações de educação em saúde

e segurança do trabalho e também a erradicação do trabalho infantil perigoso conforme legislação³.

Com base nestes pressupostos e instigados com a temática, questionamos: Qual o conhecimento disponível na base de dados da Biblioteca Eletrônica Científica Online (Scientific Electronic Library Online – SciELO) acerca do trabalho infantil?

Assim sendo, este estudo justifica-se pela importância da temática na atualidade que tenta almejar a erradicação do trabalho infantil desde os anos 90 a fim de apresentar as questões discutidas pelas produções científicas publicadas na SciELO do ano de 2010 a junho de 2011.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é identificar o conhecimento disponível na base de dados da SciELO acerca do trabalho infantil.

Método

Trata-se de uma revisão integrativa de ampla abordagem metodológica referentes às revisões, inclui vários tipos de pesquisas, combina dados da bibliografia teórica e empírica, além de incorporar definições de conceitos, revisão de teóricos e evidências e análise de problemas metodológicas de um tópico particular que gera um panorama consistente e comparativo de assuntos relevantes⁵.

Seguiram-se as seis fases da revisão integrativa⁵, na primeira foi elaborada a pergunta problema: Qual o conhecimento disponível na base de dados da SciELO acerca do trabalho infantil?

Na segunda fase foi realizada a busca das produções científicas na base de dados da SciELO com o uso dos Descritores em Ciências da Saúde (Decs): *trabalho de menores* e os sinônimos em português *trabalho infantil*, *trabalho de adolescentes* e *trabalho de crianças*. Com os seguintes critérios de inclusão: a) artigos publicados em periódicos nacionais; b) artigos publicados no período de 2010 a junho de 2011; c) artigos indexados no idioma português; d) com abordagem no trabalho infantil. Dessa forma, o corpus documental deste estudo é constituído de seis artigos científicos, como apresenta o quadro 1.

Quadro 1 – Corpus documental acerca do Trabalho Infantil

Título	Autores	Periódico	Temáticas
O agronegócio e o problema do trabalho infantil	Marin, J. O. B.	Rev. de Sociol. Polit., v. 18, n. 35, p. 189-206, fev. 2010.	Analisa as razões da mobilização dos empresários ligados ao agronegócio no combate ao trabalho infantil.
O trabalho infantil: Persistência intergeracional e decomposição da incidência entre 1992-2004 no Brasil rural e urbano.	Aquino, J. M.; Fernandes, M. M.; Pazello, E. T.; Scorzafave, L. G.	R. Econ. Contem., v. 14, n. 1, p. 61-84, jan./abr. 2010.	Faz o diagnóstico da existência da transmissão intergeracional do trabalho infantil nas regiões rurais urbanas.
Permanências e mutações na definição intergeracional do trabalho infantil.	Lima, A. C.; Almeida, A. M. F.	Educ. Soc., v. 31, n. 111, p. 347-369, abr./jun. 2010.	Explora o conteúdo das atividades definidas como trabalho e o lugar simbólico atribuído a elas e escola no processo de criação dos filhos.

Impactos do Programa Bolsa família Federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar.	Cacciamali, M. C.; Tatei, F.; Batista, N. F.	R. Econ. Contemp., v. 14, n. 2, p. 269-301, mai./ago. 2010.	Analisa o impacto do programa bolsa família sobre a incidência do trabalho infantil e frequência escolar das crianças de famílias pobres no Brasil em 2004 segundo situação censitária e regional.
Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o “paradoxo da riqueza”.	Kassouf, A. L.; Santos, M. J.	Economia Aplicada, v. 14, n. 3, p. 339-353, 2010.	Investiga os efeitos da riqueza familiar no meio rural mensurada pelo tamanho da propriedade agrícola, sobre a probabilidade de ocorrência do trabalho infantil agrícola.
Viver, aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em comunidades de pescadores da Amazônia.	Souza, J. L. C.; Cardoso, L. F. C.	Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi Cienc. Hum., v. 6, n. 1, p. 165-177, jan./abr. 2011.	Descreve aspectos da vida infanto-juvenil na comunidade de Mata na Amazônia no Pará.

Fonte: Autoria própria

A coleta dos dados deu-se na terceira fase por meio de um instrumento de coleta de dados validado por Ursi⁵ desconsiderando alguns tópicos que não se enquadravam nos estudos. Além do instrumento foram feitos fichamentos de citações indiretas no Word.

Na quarta fase, a análise crítica dos estudos incluídos na pesquisa foi realizada por meio da abordagem qualitativa exploratória que nos leva a uma série de leituras sobre o assunto da pesquisa, para efeito de apresentações, ou seja, descrever pormenorizada ou relatar minuciosamente o que os diferentes autores ou especialistas escrevem sobre o assunto, além de permitir a familiarização com o problema em estudo⁶.

A quinta e sexta fase corresponde a associação entre as discussões dos resultados e a apresentação da revisão integrativa. Os dados são apresentados em quatro tópicos, os quais compõem temas integrados na amostra: 1) Características das Produções Científicas; 2) Perfil do Trabalho Infantil no Brasil; 3) Impactos do Trabalho Infantil na Saúde da Criança; 4) A Questão do Trabalho Infantil sob Novas Perspectivas

Resultados e Discussões

Características das produções científicas

O corpus documental deste estudo é composto por seis artigos científicos selecionados na base de dados da SciELO pelos critérios de inclusão estabelecidos. Todos estes artigos foram publicados em periódicos nacionais, sendo, cinco publicados no ano de 2010 e apenas um até junho de 2011, três foram realizados pelos profissionais da área de economia, dois de sociologia e um de educação. Visto a essas áreas profissionais, percebe-se a inexistência de publicações pelos profissionais de saúde no período em estudo, os quais deveriam investir nesta temática pelas consequências que o trabalho infantil pode causar na vida das crianças.

As abordagens metodológicas usadas nos artigos foram a quantitativa e a qualitativa numa mesma proporção, onde apontam o interesse de avaliar tanto as percepções dos sujeitos e os pensamentos de diferentes autores, quanto de forma estatística a problematização.

Os artigos foram publicados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pará e Paraná em periódicos das áreas de economia e sociologia. Assim, se faz necessário pesquisas tanto qualitativa quanto quantitativa no estado da Bahia, onde se concentram os maiores números de trabalhadores infantis da região Nordeste.

Foram explorados nos artigos científicos, o trabalho infantil relacionado a aspectos econômicos, financeiros, culturais, escolares e do Programa Bolsa Família no meio rural e urbano. Contudo, percebe-se a necessidade de pesquisas em relação aos impactos que o trabalho infantil pode causar na saúde das crianças.

Perfil do trabalho infantil no Brasil

Dentre os principais resultados observados pelos autores, constatou-se que o trabalho infantil possui grande proporção rural, constituindo um paradoxo, pois o Brasil hoje é considerado um país urbano^{7, 8,9}. Entretanto, no meio rural essa questão é relevante devido as problemáticas sociais que interferem diretamente na saúde das crianças⁸.

As crianças e adolescentes das comunidades rurais recebem instruções intelectuais para utilizarem a natureza como um instrumento de trabalho, este processo assemelha-se a um método pedagógico que acompanha o trabalhador durante a produção, e isto está associado à necessidade de aprendizagem destas comunidades como questão cultural e social¹⁰.

Como se espera, constata-se que 25,1% dos indivíduos de 5 a 15 anos estão envolvidos em atividades agrícolas e pecuárias e, de acordo com a legislação brasileira, são considerados trabalhadores infantis⁸.

Desse modo, observa-se que o trabalho infantil agrícola ocorre principalmente com crianças e adolescentes do sexo masculino (36,44%), porém, a taxa de ocorrência não é desprezível entre as meninas (13,49%)⁸. Ressalta-se também que parte desta diferença deve-se ao fato de que o trabalho doméstico é predominantemente realizado por meninas⁷.

Neste sentido, o perfil relacionado às frequências relativas de trabalho infantil é muito diferente entre as regiões urbanas e rurais. Em 2004, das crianças de 10 a 14 anos residentes em áreas urbanas, 5,1% eram trabalhadoras infantis, e esse número chega a ser cinco vezes maior para as crianças que viviam em áreas rurais (25,6%), apesar de que a queda no trabalho infantil foi mais pronunciada nas áreas rurais com 62% do que nas áreas urbanas 49%⁷.

O trabalho infanto-juvenil é importante para a sociedade do mundo rural. Este trabalho infantil do meio rural não exclui as crianças das brincadeiras, da vida infantil, ao contrário, permite que todos participem destas interações porque o trabalho desenvolvido pelas crianças e adolescentes não é como o dos adultos, mas sim como um processo de aprendizagem¹⁰.

Para alguns autores¹⁰ o perfil do trabalho infantil na zona rural tem caráter de aprendizagem para a vida adulta, apesar de afastar as crianças e jovens da escola antes da formação completa. Entretanto, ao considerar as condições concretas de conhecimento do homem e da natureza, este tipo de trabalho infantil é uma forma que os pais adotam para criação destas crianças e não uma exploração do trabalho infantil.

No Brasil, ao longo da década de 1990, segundo dados do IBGE, houve uma queda acentuada na quantidade de crianças trabalhadoras, enquanto que em 1992, 9 milhões de crianças entre 10 e 17 anos determinavam a força de trabalho brasileira, em 1999 esse número caiu para 7,3 milhões.

Essa redução se deve a criação de programas de transferência de renda, implicando na diminuição do trabalho infantil das famílias pobres, na medida em que oferece obrigatoriedade no sistema escolar e atendimento médico disponível⁹. E essa diminuição continuou nos anos 2000, evidencia-se que em 2004 havia 5 milhões de crianças nessa mesma faixa etária trabalhando, e destas, 34% tinham entre 10 e 14 anos⁷.

Tal redução deve-se também a eficiência dos instrumentos de Proteção Social, observado em estudos empíricos, mostrando que os programas voltados à educação e saúde obtiveram sucesso aumentando a frequência à escola e diminuindo as taxas de mortalidade infantil, morte de mulheres no parto e índices de desnutrição de crianças, tendo como consequência a redução do trabalho infantil⁹.

Assim, mesmo com tamanha redução, o quantitativo relacionado ao trabalho infantil continua expressivo, o que explica o fato do trabalho infantil continuar a ser alvo de esforços governamentais e de pesquisas com o objetivo de reduzir sua incidência⁷.

Impactos do trabalho infantil na saúde da criança

As produções científicas disponíveis sobre o impacto do trabalho infantil na saúde da criança no período em estudo é escassa para que possamos inferir diretamente neste contexto.

Entretanto, resultados de um estudo⁹ apontam que a população infantil de baixa renda é obrigada a ingressar no mercado de trabalho cada vez mais cedo, para contribuir na renda da família ou como um meio de sobrevivência, deixando de estar na escola, tendo por sua vez seu crescimento e desenvolvimento prejudicado. Ademais, essas crianças ocupam postos de trabalho de menor qualificação, recebendo salários baixos, perpetuando, assim, a sua condição de pobreza.

Outros estudos apontam para as consequências e impactos causados pelo trabalho precoce, atribuídas às crianças que iniciaram suas atividades ainda na infância. Quanto menos precoce um indivíduo ingressa no mercado de trabalho, maior a probabilidade de crescer e se desenvolver com saúde. Cavalieri demonstra efeitos adversos sobre a escolaridade da criança e Emerson e Souza encontraram evidências da relação negativa entre trabalho precoce e a redução da produtividade futura^{7, 8}.

O trabalho infantil prejudica psicologicamente e fisicamente o desenvolvimento da criança e numa sociedade democrática não é aceitável o

sacrifício do trabalho infantil porque tende a afastar a criança do ambiente escolar⁴.

A força motivadora em levar as crianças ao trabalho prejudica o crescimento e desenvolvimento da mesma, em vários aspectos, interferindo diretamente na sua saúde. Os autores apontam para existência de efeitos específicos regionais, a saber: as crianças residentes em áreas rurais são mais suscetíveis ao trabalho que aquelas residentes em áreas urbanas, uma vez que no meio rural elas são frequentemente requisitadas ao trabalho nas fazendas e nos negócios familiares, bem como as péssimas condições de acesso a escola no campo. Esses resultados demonstram a falta de melhoria no que se diz respeito ao comportamento de prevenção a saúde^{8,9}.

Assim, os impactos causados pelo trabalho precoce quer como meio de sobrevivência, quer como uma forma de aumentar a renda familiar não está diretamente relacionado ao aumento da qualidade de vida familiar, visto que a criança explorada, sente as consequências do trabalho no seu cotidiano, e no porvir colhem os frutos do trabalho precoce, sendo manifestado por meios de problemas psicossociais ou físicos⁸.

A questão do trabalho infantil sob novas perspectivas

Atualmente são analisadas situações e condições determinantes que contribuem para o trabalho infantil precoce tais como: a pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe, a idade em que os pais começaram a trabalhar, o local de residência, entre outros⁸. Vale destacar a importância dada à variável riqueza familiar, normalmente mensurada pelo salário dos adultos ou pela renda familiar, na determinação da probabilidade de trabalhar precocemente.

Muitos familiares incentivam o trabalho nos finais de semana e feriados priorizando a escola. Mas, ainda depara-se com a valorização da inserção precoce de crianças no trabalho por aquelas famílias de condições sociais baixas, as quais os filhos não conseguem construir um futuro pela escola⁴.

Por outro lado, as condições como moradia em áreas urbanas e ter pais mais instruídos reduzem as chances da criança ser um trabalhador infantil⁷. Portanto, a educação e o grau de instrução dos pais, devem ser levados em consideração na medida em que reduz a condição do trabalho infantil.

Assim sendo, o combate à pobreza⁹ necessita de ações específicas capazes de romper esta armadilha entre gerações, direcionadas para as famílias carentes. O cerne dessas políticas é eliminar e/ou amenizar em curto prazo as dificuldades acarretadas pela condição de pobreza, que de certa forma contribui para redução do trabalho infantil.

Todavia, também se percebe que muitas crianças trabalham, não por obrigação de sustentação, mas, em trabalhos que envolvem todo o grupo familiar a exemplo do fumo no Brasil que exige mão de obra intensa num ciclo de cerca de dez meses⁴. Desta forma, o trabalho infantil está condicionado aos atores sociais envolvidos como a família e as crianças.

Destarte, a promoção de transferência da renda, sob uma nova perspectiva com condições direcionadas para frequência escolar, atendimento médico, entre situações mais utilizadas, constitui-se em uma política efetiva de

combate à pobreza, ao focar na população mais carente e apresentar propostas para redução do trabalho infantil⁹.

O combate ao trabalho infantil foi constituído em base a legislações numa longa trajetória, onde permanecem atualmente por meio de programas, campanhas, organizações, mas, esta realidade ainda não foi mudada. Algumas empresas estão estabelecendo estratégias para o cumprimento das legislações, ampliando a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social com as novas gerações¹¹.

Considerações Finais

O presente artigo procurou identificar a questão do trabalho infantil na base de dados da SciELO, uma vez que é evidente a escassez de publicações pelos profissionais de saúde no período em estudo, mesmo ao considerar um período curto (um ano e meio), os quais deveriam investir nesta temática pelas consequências que o trabalho precoce pode causar na vida das crianças, e no estado da Bahia pela maior proporção da exploração do trabalho infantil.

Assim, os resultados mostraram que a proporção do trabalho infantil é maior na zona rural do que na urbana pelo estilo de vida e cotidiano dos mesmos e se concentra no sexo masculino sem excluir o feminino. Questões sociais de renda familiar também interferem na exploração do trabalho infantil, isso provocando o afastamento escolar das crianças, além de interferir no crescimento e desenvolvimento físico e psicológico das crianças e adolescentes.

Para tentar combater a exploração do trabalho infantil estão sendo propostas estratégias para resolver a questão da pobreza, programas e campanhas para o cumprimento das legislações, a fim de uma sustentabilidade e responsabilidade social e democrática com as gerações futuras.

Contudo, o trabalho infantil precisa ser tema de debates, palestras, seminários e pesquisas científicas para abordar a importância desta questão na sociedade, suas consequências que constituem um problema econômico, social, coletivo e que envolve a saúde pública.

Referências

1. Ministério do Trabalho e Emprego (Brasil). Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; 2004
2. Carvalho IMM. O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. Caderno CRH. 2008; 21 (54): 551-69.
3. Ministério da Saúde (Brasil). Trabalho infantil: diretrizes para atenção integral à saúde de crianças e adolescentes economicamente ativos. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.
4. Lima AC, Almeida AMF. Permanências e mutações na definição intergeracional do trabalho infantil. Educ. Soc. 2010; 31 (111): 347-69.
5. Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein. 2010; 8 (1): 102-6.
6. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas; 2002.

7. Aquino JM, Fernandes MM, Pazello ET, Scorzafave LG. O trabalho infantil: Persistência intergeracional e decomposição da incidência entre 1992-2004 no Brasil rural e urbano. R. Econ. Contem. 2010; 14 (1): 61-84.
8. Kassouf AL, Santos MJ. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o “paradoxo da riqueza”. Economia Aplicada. 2010; 14 (3): 339-53.
9. Cacciamali MC, Tatei F, Batista NF. Impactos do Programa Bolsa família Federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. R. Econ. Contemp. 2010; 14 (2): 269-301.
10. Cardoso LFC, Souza JLC. Viver, aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em comunidades de pescadores da Amazônia. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi Cienc. Hum. 2011; 6 (1): 165-77.
11. Marin JOB. O agronegócio e o problema do trabalho infantil. Rev. de Sociol. Polit. 2010; 18 (35): 189-206.

Endereço para correspondência

Universidade Estadual de Feira de Santana
Avenida Transnordestina, s/n, bairro Novo Horizonte
Feira de Santana – BA.
CEP: 44.036-900

Recebido em 06/11/2012

Aprovado em 27/10/2013